



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 101

TERÇA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 115ª SESSÃO, EM 14 DE JUNHO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Avisos

Nº 367, 368 e 381/93, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações sobre os quesitos constantes dos Requerimentos nºs 299, 300 e 343, de 1993, dos Senadores Eduardo Suplicy e Ney Suassuna.

— Nº 645/93, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 297, de 1993, do Senador Gilberto Miranda.

1.2.2 — Ofício do Secretário da Receita Federal

— Nº 811/93, encaminhando esclarecimentos a respeito dos quesitos constantes dos Requerimentos nºs 240 e 350, de 1993, de autoria dos Senadores Esperidião Amin e Dirceu Carneiro, respectivamente, dirigidos ao ex-Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Elizeu Resende.

1.2.3 — Requerimento

— Nº 569, de 1993, de autoria do Senador Almir Gabriel, solicitando autorização do Senado Federal para desempenhar missão no exterior.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR MAURO BENEVIDES — Centenário de nascimento do ex-Senador Olavo Oliveira.

SENADOR JONAS PINHEIRO, como Líder — Falecimento do Presidente do PTB, Paiva Muniz.

SENADOR NABOR JÚNIOR — Reajuste dos preços da borracha.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Alto índice de morte por acidente de trabalho. Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 14-6-93, intitulado **Ética e Futrico**, de autoria de Cosette Alves.

1.2.5 — Requerimento

— Nº 570/93, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando autorização do Senado Federal para desempenhar missão no Exterior.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 47, de 1993, que autoriza o Governador do Estado de São Paulo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo — LFTP, destinadas ao giro de 90% das 64.272.995 LFTP, vencíveis em 15 de junho de 1993. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Resolução nº 44, de 1993, que dispõe, com base no art. 52, inciso V e VII, da Constituição Federal, sobre as operações de financiamento externo com recursos orçamentários da União. **Apreciação sobrestada**, após usarem da palavra os Srs. Ronan Tito, Mauro Benevides, Jutahy Magalhães e Esperidião Amin. **Deputado Federal** — PB, Dr. Arnaldo Lafayette.

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Apoio à proposta de equalização dos preços agrícolas apresentada pelo Ministro Nuri Andraus.

SENADOR JÚLIO CAMPOS — Contrariedade de S. Exª com o chamado movimento separatista.

SENADOR FRANCISCO RÖLLEMBERG — Críticas à Portaria nº 43/93, do Ministério da Saúde, que determina o cancelamento da fluoretação do sal para o combate à cárie dentária.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

SENADOR ODACIR SOARES — Aspectos positivos logrados até o momento pelo Programa Nacional de Desestatização, com repercussão nas bolsas de valores e no Sistema Eletrônico de Negociação Nacional — SENN.

1.3.3 — Comunicação da Presidência

Término do prazo sem que tenha sido interposto recurso, no sentido de inclusão em Ordem do Dia, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 410/91 (nº 2.477/92, naquela Casa), que restabelece o incentivo fiscal

que menciona e dá outras providências. À Comissão Diretora para redação final.

1.3.4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 115ª Sessão, em 14 de junho de 1993**3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Nabor Júnior*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo _ Albano Franco _ Alfredo Campos _ Álvaro Pacheco _ Bello Parga _ Chagas Rodrigues _ Elcio Álvares _ Epitácio Cafeteira _ Esperidião Amin _ Francisco Rollemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Gilberto Miranda _ Henrique Almeida _ Hydekel Freitas _ José Fogaça _ Júnia Marise _ Jutahy Magalhães _ Lourival Baptista _ Magno Bacelar _ Márcio Lacerda _ Mauro Benevides _ Meira Filho _ Nabor Júnior _ Odacir Soares _ Pedro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte.

EXPEDIENTE**AVISOS**

Nºs 367, 368 e 381/93, de 4 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações sobre os quesitos constantes dos Requerimentos nºs 299, 300 e 343, de 1993, dos Senadores Eduardo Suplicy e Ney Suassuna; e

Nº 645/93, de 7 do corrente, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 297, de 1993, do Senador Gilberto Miranda.

As informações foram encaminhadas, em cópias, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao arquivo.

OFÍCIO DO SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

Nº 811/93, de 28 de maio último, encaminhando esclarecimentos a respeito dos quesitos constantes dos Requerimentos nº 240 350, de 1993, de autoria dos Senadores Esperidião

Amin e Dirceu Carneiro, respectivamente, dirigidos ao ex-Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Eliseu Resende.

As respostas foram encaminhadas, em cópias, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 569, DE 1993

Tendo sido designado pelo Senhor Presidente da República para representar o Brasil na Conferência Mundial de Direitos Humanos, a realizar-se em Viena, de 14 a 25 de junho de 1993, solicito autorização do Senado Federal para aceitar a referida missão, nos termos dos arts. 55, III, da Constituição e 40 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 14 de junho de 1993. — **Almir Gabriel Senador**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DECRETO DE 09 DE JUNHO DE 1993

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 1.565, de 5 de setembro de 1939, regulamentado pelo Decreto nº 44.721, de 21 outubro de 1958 e nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, alterado pelos Decretos nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, alterado pelos Decretos nº 75.430, de 27 de fevereiro de 1975, 85.148, de 15 de setembro de 1980, e 95.670, de 26 de janeiro de 1988, resolve, Designar a seguinte Delegação para representar o Brasil na Conferência Mundial de Direitos Humanos, a realizar-se em Viena, de 14 a 25 de junho de 1993: Chefe:

Doutor Maurício Corrêa, Ministro de Estado da Justiça;
Delegados:

Senador Almir Gabriel;

Senador Garibaldi Alves Filho;

Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, Embaixadora em Viena (sem ônus);

Embaixador Gilberto Vergne Sabóia, Representante Permanente Adjunto junto às Nações Unidas em Genebra;

Embaixador José Viegas Filho, Chefe do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores;

Doutor Théo Pereira da Silva, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça;

Doutor Álvaro Augusto Ribeiro Costa, Secretário da Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e dos Interesses Difusos da Procuradoria-Geral da República;

Ministro Jayro Coelho, Ministro-Conselheiro da Embaixada em Viena (sem ônus);

Ministro José Augusto Lindgren Alves, Chefe da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores;

Doutor Pedro Demo, Secretário Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça do Ministério da Justiça;

Doutor Guilherme Henrique Magaldi Netto, Consultor Jurídico do Ministério da Justiça;

Doutor Antônio Augusto Cançado Trindade, Professor do Instituto Rio Branco (sem ônus);

Conselheira Marília Sardenberg Zelter Gonçalves, Assessora do Secretário-Geral das Relações Exteriores;

Doutora Ella Wiecko Volkmer de Castilho, Coordenadora de Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão da Procuradoria-Geral da República;

Doutora Brancolina Ferreira, Coordenadora do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça.

Brasília, 9 de junho de 1993; 172^a da Independência e 105^a da República. — **ITAMAR FRANCO — Luiz Felipe Lampeira**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — De acordo com o art. 40, § 4^o do Regimento Interno, o requerimento será remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devendo ser submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia, em virtude do que se acha previsto no art. 40, § 3^o, da Lei Interna.

O Sr. Mauro Benevides — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Transcorre hoje, em meio a expressivas comemorações promovidas na capital do meu Estado, o centenário de nascimento do Professor Olavo Oliveira, ex-Senador da República e político e marcante atuação durante quase 50 anos no Ceará, com merecida projeção nacional.

Deputado Estadual, Deputado Federal na Constituição de 1934, Senador nas legislaturas de 1946-1955, Olavo Oliveira dirigiu, entre outras agremiações, o antigo Partido Social Progressista, obedecendo à liderança do ex-Governador Adhemar de Barros.

Homem de decisões polêmicas, no que tange ao posicionamento da corrente política que soube comandar ao longo de várias décadas, nunca tergiversou em assumir riscos eleitorais, buscando sempre identificar o seu partido com os interesses do povo cearense.

Formado pela Faculdade de Direito de Recife, após estudar em Granja, sua terra natal, Sobral e Fortaleza, no Liceu do Ceará, o Professor Olavo Oliveira ascendeu à condição de catedrático de Direito Penal de nossa Faculdade de Direitos sendo um dos mais brilhantes advogados de sua geração.

Jornalista de estilo primoroso, responsabilizava-se por artigos publicados nos seus jornais **O Democrata** e **Jornal da Manhã**, usando uma causticidade de linguagem para condenar autoridades e governos, ao comentar episódios político-partidários de sua época.

Tive o privilégio de conviver de perto com Olavo Oliveira, na redação do **Jornal da Manhã**, nos idos de 1950, quando iniciava eu uma fascinante atuação profissional, interrompida pelo desempenho de sucessivos mandatos eletivos, conferidos a mim pelo povo cearense.

Ao lado de Alfeu Faria de Aboim, de seu filho Raimundo Ivan Barroso de Oliveira, Stênio Gomes da Silva, Joaquim Bastos Gonçalves e tantos outros, o velho mestre do Direito fez escola como figura exponencial da política do Ceará

sendo-lhe reconhecida a irrepreensível lealdade que dedicava aos seus correligionários.

Na Carta de 1946, a sua participação foi saliente ao lado do Senador Plínio Pompeu de Sabóia Magalhães, bem assim dos Deputados Federais Paulo Sarazate, José de Borba, Beni Carvalho e muitos dos integrantes da representação parlamentar cearense.

Ao ocupar a tribuna do júri em processos rumorosos em seu tempo pontificava como causídico respeitável, tanto na defesa de seus clientes como na acusação de réus, fazendo-o sem se preocupar com os honorários que lhe seriam devidos, num desprendimento que o manteve pobre, apesar da intensa atividade que exercia no escritório da Praça General Tibúrcio, no qual contou com a desvelada e competente colaboração do Dr. Francisco José dos Santos Novais.

A Raimundo Ivan Barroso de Oliveira transferiu a experiência e o descortino para o exercício do *munus* partidário, vendo-o eleger-se à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, no cumprimento de mandato interrompido surpreendentemente por uma despropositada e injusta cassação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Bancada do Ceará nesta Casa Legislativa não poderia olvidar uma data tão significativa, intrinsecamente vinculada à história político-cultural do nosso Estado, com repercussão no País.

Olavo Oliveira foi um dos grandes talentos de sua geração, e o seu centenário teria que ser realçado com este registro, embora aligeirado, sem prejuízo de uma sessão especial que desde já requero — para reverenciar-lhe a memória imprecável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Jonas Pinheiro — Sr. Predidente, peço a palavra como Líder do PTB, para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Solicito aos Senadores que não façam uso da palavra como líderes, antes de, pelo menos, ouvirmos os Senadores inscritos.

Concedo a palavra a V. Exª

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB — AP, Como Líder. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, faço uso da palavra neste instante com muita tristeza. Gostaria imensamente de não ter esta oportunidade, porque, na verdade, o que pretendo, como Líder da Bancada do PTB no Senado, é comunicar o falecimento do Presidente nacional do PTB Luís Gonzaga de Paiva Muniz, que ocorreu na madrugada de ontem, domingo, e o seu sepultamento hoje, às 10 horas, no cemitério São João Batista, de onde estou chegando neste exato momento. Saímos, o Senador Valmir Campelo e eu, às 7 horas da manhã, tomamos o avião de regresso às 12h30min e viemos diretamente do aeroporto para o Senado a fim de fazer este triste comunicado.

Quero dizer, Sr. Presidente, que Paiva Muniz, Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro desde 1985, foi um firme defensor das idéias e das posições trabalhistas. O Professor Paiva Muniz, cujo nome se confundia com as idéias do nosso PTB, estava vivamente empenhado em um grande trabalho para garantir ao partido uma posição de relevo e liderança nas eleições casadas de 1994.

Seu sonho, largamente anunciado, era de conseguir, através do eficiente caminho da negociação, congregar sob a bandeira e a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro todos os

trabalhistas sinceros de nosso País, hoje abrigados em outras legendas partidárias, mas conservando os mesmos idéias de vida e de ação política. ele considerou todos como passíveis de voltar à filiação no PTB por meio de um programa dinâmico de ação.

O Professor Paiva Muniz era fluminense, nascido no interior do Estado do Rio de Janeiro; viveu a maior parte da sua juventude e formação na Cidade de Campos, ao norte do Estado. Ali, por seus méritos pessoais, fez parte do antigo SAPS — Serviço de Alimentação da Previdência Social. Seu trabalho foi tão bom, tão destacado e tão profícuo para a classe trabalhadora, que o então Governador Roberto Silveira, do Estado do Rio de Janeiro, impressionado com suas condições de liderança, levou-o a intergrar a chapa de deputados estaduais do PTB nas eleições de 1952.

Eleito, cumpriu na Assembléia Legislativa dois mandatos consecutivos, tendo sido líder da Bancada do PTB naquela Casa. Economista, profundamente interessado nos problemas brasileiros, foi Professor da UFRJ, no Estado do Rio de Janeiro, tendo-se aposentado há dois anos.

Em 1958, em pleno crescimento de sua liderança, foi eleito Deputado Federal e firmou-se como um dos mais sólidos e habilidosos dirigentes do PTB. Foi Presidente também do antigo IPASE — Instituto de Previdência dos Servidores do Estado, Graças ao seu trabalho intenso, chegou à Presidência Regional do Partido em seu Estado e mais tarde foi eleito para a função nacional máxima.

Quando do movimento militar de 1964, durante o qual os trabalhistas foram implacavelmente perseguidos, sem quartel, seu nome ocupava um dos primeiros lugares na lista de cassados logo após o golpe.

Paiva Muniz, um patriota da melhor qualidade, há oito anos estava na Presidência da Datamec. Era viúva, foi casado duas vezes e deixou dois filhos, um de cada casamento: Patrícia Torelli Muniz e o jovem Joaquim Tavares de Paiva Muniz.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixo, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, registrado nos Anais desta Casa um voto de pesar pelo falecimento do Presidente do meu Partido, o Professor Luiz Gonzaga Paiva Muniz.

O Sr. Chagas Rodrigues — V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Jonas Pinheiro?

O SR. JONAS PINHEIRO — Ouço, interessadamente, V. Exª, Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Aproveito a oportunidade para, em meu nome e acredito — também em nome da minha Bancada, lamentar a infausta notícia e render as nossas homenagens ao homem público que foi Paiva Muniz. Eu o conheci de perto. Em 1964, quando o País passou a viver de modo irregular em face do golpe militar, eu pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro e éramos, pois, companheiros. E, em 1965, dissolvidos os Partidos políticos, nós, trabalhistas, tomamos a iniciativa — porque éramos a Oposição — de fundar o MDB, e contamos com a colaboração de companheiros de outros Partidos. Nesse ano, fundamos o PDB, mas continuamos opositoristas e com idéias trabalhistas. Lamentei muito a divergência havida mais tarde entre os dois grupos trabalhistas, cada qual me convidando para participar de seu trabalho. No ocasião, eu dissera não ser o momento, ainda, de se cogitar da criação de novos Partidos. Do grande Partido de oposição — o MDB, depois, PMDB — surgiram os demais Partidos. De modo que, nesta oportunidade lamento profun-

damente essa notícia. Foi uma perda para o Partido Trabalhista Brasileiro e para a política brasileira. Os homens idealistas, sinceros e honestos lamentam profundamente esse passamento. Eminentemente Líder Jonas Pinheiro, aqui ficam, portanto, as nossas homenagens a um eminente homem público que, mormente agora, fará muita falta ao Brasil.

O SR. JONAS PINHEIRO — Nobre Senador Chagas Rodrigues, recolho, com muito carinho, o seu sentimento de pesar. Lemtroy V. Ex^a passagens históricas importantes da vida de Paiva Muniz e da vida do próprio Partido Trabalhista Brasileiro.

Todos sabemos que o PTB foi o partido mais implacavelmente perseguido em 1964 e que, inclusive, naquele instante, foi o agente responsável pela eclosão da Revolução. Penso que é legítimo dizer que o Partido Trabalhista Brasileiro é o de maior tradição dentre os existentes, em demérito para os demais. É um partido cujas principais lideranças não migraram para a formação de outras siglas, quando do advento da Revolução. O próprio Paiva Muniz foi parar na Itália, onde exilou-se. E tantos outros líderes buscaram exílio em diversos países, mas não migraram para outras siglas. Grande parcela das maiores lideranças petebistas permaneceu sem partido.

E com a distensão iniciada no Governo Geisel, concluída, prolongada e continuada no Governo Figueiredo, com a volta do pluripartidarismo, renasceu, com a mesma sigla e com os mesmos ideais, o PTB.

De modo que recolho, de forma muito grata, os sentimentos, de V. Ex^a e a lembrança desses dias passados na companhia de Paiva Muniz, um grande líder, um grande homem e um grande condutor do nosso partido.

O Sr. Mauro Benevides — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Jonas Pinheiro?

O SR. JONAS PINHEIRO — Com agrado eu o ouço, nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Jonas Pinheiro, também eu, a exemplo do que fez o nobre Senador Chagas Rodrigues, em nome de sua Bancada, o PSDB, desejo levar a V. Ex^a a manifestação de pesar e a conseqüente solidariedade do PMDB no Senado Federal cuja Bancada tenho a honra de liderar. Poderia, também, recordar passagens da minha convivência com Paiva Muniz, sobretudo quando no episódio do impeachment do ex-Presidente da República, Fernando Collor de Mello, recebi em meu gabinete, naqueles instantes cruciais da deliberação do Senado, o apoio e estímulo do PTB através do seu Presidente Nacional, o hoje saudoso e desaparecido grande parlamentar que foi Paiva Muniz. Naquela ocasião, Senador Jonas Pinheiro, ele saudou-se com palavras realmente repassadas de emoção e teve, exatamente, a preocupação de incentivar-me para que eu, Presidente do Senado, tudo fizesse, objetivando colocar esta Casa em sintonia com as aspirações do povo brasileiro. Na manhã de hoje, defrontei-me com a notícia do falecimento de Paiva Muniz, e, agora, quando V. Ex^a pranteia o seu desaparecimento, desejo levar-lhe, em nome da bancada do PMDB no Senado, em nome dos nossos Colegas e no meu próprio, as nossas condolências ao Partido e à família do saudoso líder político do Rio de Janeiro.

O SR. JONAS PINHEIRO — Muito obrigado pelas palavras de apoio e pelas lembranças sobre a vida de Paiva Muniz, nobre Líder, Senador Mauro Benevides.

Agradeço a manifestação da Liderança, que representa o partido, e acrescento que, além das considerações de V. Ex^a aqui feitas, também o partido se fez representar no sepultamento pelo nobre Senador Nelson Carneiro.

Aproveito para dizer ainda que foi bom ouvir Governador Leonel Brizola, que este ontem à noite velando o corpo de Paiva Muniz e, hoje, presente ao sepultamento, as considerações de que esta era um homem probo, um exemplar digno da classe política; um exemplo dos maiores políticos, porque traçar e cumprir a trajetória de vida como o fez Paiva Muniz, que foi presidente de instituições, foi Deputado Estadual e Federal, morreu pobre, embora fosse Presidente da Datamec e morreu pobre. Dizia ainda S. Ex^a que, nos dias de hoje, isso é raro, que não são muitos os políticos que adotam uma postura de austeridade e probidade, um exemplo de vida digna, como fez Paiva Muniz.

Ao ouvir aquelas considerações fiquei gratificado e honrado por ter sido um companheiro de Paiva Muniz enquanto presidente do partido e, antes disso, poucos sabem, foi um dos diretores do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — Senac — instituição da qual orgulho-me de ter trabalhado.

A Sra. Júnia Marise — Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO — Pois não, nobre Senadora, com muito prazer.

A Sra. Júnia Marise — Senador Jonas Pinheiro, não tive o privilégio de conhecer o professor e ex-Deputado Paiva Muniz, pessoalmente, de ter tido também a oportunidade, como tantos políticos brasileiros tiveram, de receber dele as palavras de inteligência de competência, de brilho e, sobretudo, de orientação em relação às questões que dizem respeito ao nosso País, à democracia e à liberdade. Mas sempre acompanhei o Prof. Paiva Muniz à frente do Partido Trabalhista Brasileiro, sedimentando a sua carreira, através de um programa voltado pela consolidação das liberdades democráticas do nosso País, pela participação e pela presença de todos os segmentos da sociedade brasileira e, particularmente, dos trabalhadores. A bandeira de Paiva Muniz foi a da justiça social. É dentro desse programa que ele abraçou com tanta dignidade e, sobretudo, com tanta coerência e fidelidade à própria história do trabalhismo brasileiro, desejo manifestar a minha sincera consideração, neste momento em que o Brasil perde um ilustre filho. Cada vez que temos a notícia da perda de brasileiros como Paiva Muniz, sentimos que ela não é apenas para os seus familiares, mas para os seus companheiros de partido, de luta, de exílio; para os seus companheiros que com ele sempre devotaram a causa da reconstrução democrática de nossa Pátria. Mas é uma perda que o Brasil certamente chora neste momento, porque o Professor Paiva Muniz simboliza o que há de melhor na classe política brasileira, pelo exemplo que deu de seriedade, pelo exemplo que deixa para todos os políticos da nova geração, os políticos que têm a mesma vocação de Paiva Muniz, de servir a causa do nosso País. Mas deixa S. Ex^a, também, o exemplo mais nítido a ser seguido, que é a seriedade na condução dos atos que praticou em sua vida pública. Portanto, trago, aqui a minha homenagem pessoal a V. Ex^a como líder do Partido Trabalhista

Brasileiro, que rende este preito hoje ao Professor Paiva Muniz, deixando a minha palavra, a palavra de quem sempre procurou, ao longo da vida pública, conhecer de perto e receber as luzes daqueles que têm a experiência para nos conduzir ao futuro. Deixo registrado, aqui, Senador Jonas Pinheiro, não apenas o testemunho que não foi vivenciado no contato com o Professor Paiva Muniz, mas o testemunho de quem, mesmo de longe acompanhava o trabalho que vinha exercendo, principalmente para a construção do Partido Trabalhista Brasileiro, na formação de todas as lideranças que desejavam transformar este País, através das mudanças.

O SR. JONAS PINHEIRO — Nobre Senadora Júnia Marise, de todas as palavras que V. Ex^a proferiu, que entendo de muita justiça, todas valiosas e valorosas, eu destaco, entretanto, aquelas em que V. Ex^a diz que Paiva Muniz é um exemplo a ser seguido e que, certamente, o Brasil político chora o seu passamento por ter sido, como bem diz V. Ex^a, um permanente arquiteto da construção das liberdades.

Recolho com muito carinho essa manifestação de pesar, de solidariedade, neste momento tão difícil para a família de Paiva Muniz, viúva duas vezes, tendo, recentemente, perdido a sua segunda esposa — e creio que este fato muito contribuiu para o seu falecimento — neste momento de dificuldade, de emoção, de sentimento, agradeço em nome da liderança do PTB e da família, a solidariedade apresentada por V. Ex^a.

O Sr. Elcio Alvares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Elcio Alvares — Na qualidade de Líder do PTB, V. Ex^a cumpre o doloroso encargo de fazer o registro do falecimento do ex-Deputado Paiva Muniz. Os registros sempre contam a história dos cargos públicos, da vida, e não deixa de ser uma síntese daquilo que o preado representou na vida pública. Mas eu gostaria de exaltar um momento da vida de Paiva Muniz — já que não o conheci pessoalmente, não tive convivência política — que me marcou. No último programa do PTB apareceu, até certo ponto, com determinado viço em falar exatamente das suas idéias trabalhistas, e eu que não o conheci pessoalmente — torno a frisar — vi naquele senhor de idade já avançada, um homem cheio de idais. Não detinha, no momento, nenhum mandato. Sei, através de sua história política, que foi deputado estadual, deputado federal, e aqui em Brasília foi cassado quando da Revolução de 1964. Paiva Muniz, a exemplo do que todos nós somos, foi um operário dessa imensa oficina da política. Todos nós, de uma forma ou de outra, nos subordinamos certas regras e conceitos, e ele repetiu, ao longo de sua vida, exatamente isso, até com uma certa obstinação, de manter acesa a chama do trabalhismo provindo de Getúlio Vargas. Lembro-me bem, através dos noticiários, da sua luta indomida, para manter ao lado de outros companheiros a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, até certo ponto criando um conflito de posições com o atual Governador do Estado do Rio de Janeiro, o Engenheiro Leonel Brizola. E agora, paradoxalmente — também lendo nos jornais — Paiva Muniz acalentava um ideal de unificar todas as forças trabalhistas, e vinha mantendo com o Governador Leonel Brizola um diálogo muito estreito, para dar curso àquela idéia que, por certo, cado, a través da sigla que V. Ex^a, com muito brilhantismo, dedicação e proficiência inteiramente reconhecidas, lidera, aqui no Plenário do Senado. Quero fazer este registro não

somente em meu nome pessoal, mas também da Liderança do Partido da Frente Liberal, porque, neste instante, comungam todos os partidos políticos. Ouvimos o Senador Chagas Rodrigues, o Líder do PMDB, Mauro Benevides, a Senadora Júnia Marise que, por ceto, traz o reconhecimento do povo mineiro à atuação da vida pública de Paiva Muniz. Quero também perfilhar, juntamente com o seu pronunciamento, Senador Jonas Pinheiro, a homenagem do Partido da Frente Liberal àquele que, em vida, teve a responsabilidade de presidir o Partido Trabalhista Brasileiro. Não faço qualquer registro biográfico. V. Ex^a está sendo muito feliz ao fazer oportuna síntese da vida de Paiva Muniz. Adiciono, neste instante, pranteando o seu falecimento, a homenagem do meu Partido, o Partido da Frente Liberal, na convicção de que Paiva Muniz, em vida, foi o dedicado defensor da classe política brasileira e, mais ainda, honrou, com dedicação e com dignidade, todos os cargos públicos pelos quais passou, principalmente os mandatos eletivos que lhe foram conferidos pelo povo do Estado do Rio de Janeiro. Recife, portanto, V. Ex^a, na qualidade de Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, a homenagem do Partido da Frente Liberal, no momento em que registra o passamento do ex-Deputado Paiva Muniz.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Líder?

O SR. JONAS PINHEIRO — Em seguida, Senador Magno Bacelar, mas não antes de dizer ao Senador Elcio Alvares que entendo como uma manifestação de imensa generosidade e amizade as palavras ditas em relação à minha pessoa. Entretanto, aquela ditas em relação ao Presidente Paiva Muniz, as considero justas por retratar realmente a personalidade de um homem que, durante quarenta e um anos, desde 1952, integra as lides do Partido Trabalhista Brasileiro, criação de Getúlio Vargas, de quem foi talvez o maior entusiasta e seguidor. Ele foi um defensor intransigente das idéias de Getúlio Vargas sobre o trabalhismo, daquelas idéias que defendiam, que defendem e que continuaremos a defender: o interesse do trabalhador sem radicalismos, mas com pé na realidade, dividindo a nossa preocupação entre o capitalismo e o trabalho — a associação dessas duas variáveis —, porque um não subsiste sem o outro.

Nobre Senador Elcio Alvares, recolho o sentimento do PFL através das palavras de V. Ex^a, entendendo-as como a manifestação generalizada de todo o Partido da Frente Liberal.

Ouç o Líder do PDT, Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Jonas Pinheiro, a maior liderança do meu Partido se fez presente aos funerais do Professor Paiva Muniz. Entretanto, não poderia eu, como Líder do PDT nesta Casa, deixar de expressar os sentimentos do nosso Partido, de profunda pesar pela perda de um homem que se caracterizou pela probidade, pelo idealismo e pela perseverança. O nobre Senador Chagas Rodrigues já havia citado o lamentável episódio da divisão do trabalhismo e o Professor Paiva Muniz, nos últimos meses de vida, se dedicava — como bem falou o nobre Senador Elcio Alvares — à junção das forças trabalhistas para torná-las mais fortes, mais representativas, por entender que o trabalhismo está acima dos interesses da esquerda ou da direita, pois defente os interesses do trabalhador, que é a grande força propulsora da Nação brasileira. Queria receber V. Ex^a a minha solidariedade e a do meu partido, pois homens como Paiva Muniz fazem

como que nós permanecemos nessa trincheira de luta pelo ideal da democracia.

O SR. JONAS PINHEIRO — Nobre Senador Magno Baccelar, foi muito importante a presença do Governador Leonel Brizola nos funerais de Paiva Muniz, mas não mais importante do que esta manifestação de V. Ex^a, neste momento, no Senado. V. Ex^a é o Líder do PDT e traduz não só o seu sentimento mas também do seu partido. E é sob essa forma que recolho as suas carinhosas palavras, as suas sentidas manifestações em relação a esse homem que foi um exemplo de brasilidade, um exemplo de patriotismo, um homem extremamente preocupado com as questões sociais, com a aflição do trabalhador, com as agonias que vive o País neste momento de tantas dificuldades. Portanto, nobre Senador, se foi boa a presença do Governador Leonel Brizola nos funerais, a presença de V. Ex^a não foi menor; aliás, dignifica as manifestações. Farei chegar à família de Paiva as manifestações de todos os Srs. Senadores.

O Sr. Pedro Teixeira — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO — Ouço o nobre Senador? Pedro Teixeira.

O Sr. Pedro Teixeira — Em nome do Líder do nosso Partido Progressista, Irapuan Costa Júnior, quero também aliar-me a estas manifestações de pesar em homenagem ao eminente Líder Paiva Muniz, Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, tão bem representado neste Congresso pela figura de V. Ex^a e outros exponenciais da política brasileira. Muito já foi dito. Na verdade, a experiência e os conhecimentos dos meus Pais, que provavelmente militaram e o conheceram, através de suas obras, preenchem verdadeiramente toda a nossa manifestação de pesar e sentimento. Por conseguinte, o Partido Progressista quer também se fazer presente neste momento de desolação e tristeza para a família e para as forças políticas, tendo em vista que tomei conhecimento pelos jornais, de que o eminente Presidente do Partido de V. Ex^a estava realmente preocupado em criar novos quadros políticos para permitir que este País tivesse uma governabilidade de mais tranquilidade. Solidarizo-me, então, em nome do Partido que agora represento por delegação do meu Líder. Obrigado a V. Ex^a

O SR. JONAS PINHEIRO — Nobre Senador Pedro Teixeira, representante do Partido Progressista nesta Casa, fique certo V. Ex^a de que ouvi interessadamente a manifestação de seus sentimentos, o reconhecimento do valor de Paiva Muniz para a vida pública do País, não só para o PTB. Qualquer dirigente partidário tem importância magna para a vida pública, política, social e econômica da nossa Nação.

De modo que V. Ex^a receba de mim a gratidão por essa manifestação de solidariedade que, como eu dizia, farei chegar aos familiares do nosso saudoso presidente Paiva Muniz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra no plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eptácio Cafeteira. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra no plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, O drama dos produtores e trabalhadores na economia da borracha continua se agravando, em virtude das dificuldades crescentes vividas pelo País, em particular pelas regiões menos privilegiadas.

Hoje, Sr. Presidente, quero fazer um registro importante e positivo, a ser comunicado aos brasileiros que dependem da heveicultura para sua sobrevivência e a criação dos filhos: o reajuste dos preços da borracha natural, bruta ou beneficiada.

O Diário Oficial da União da última sexta-feira publicou, à página nº 7.781, Portaria do Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso, reajustando as tabelas da goma elástica, vigentes para os produtos localizados no próprio município de origem. Os novos valores, que entraram em exercício no mesmo dia da sua divulgação pelo Diário Oficial, são os seguintes, com base na tonelada e sujeitos à incidência do ICMS:

1. placa bruta defumada — Cr\$48.469.448,00;
2. borracha em bola ou péla — Cr\$40.140.589,00;
3. cernambi virgem prensada (CVP) — Cr\$36.126.548,00;
4. cernambi a granel, com unidade máxima estabelecida em 30% — Cr\$28.098.386,00;
5. cernambi rama, unidade máxima 27% — Cr\$23.808.403,00;
6. látex de campo (DRC 31%) — Cr\$21.644.632,00;
7. cernambi, na rubrica de outras héveas, cotada à razão de Cr\$26.698.370,00.

Em consequência do reajuste do produto in natura, também a tabela de preços da borracha beneficiada foi aumentada em seus valores, destacando-se os seguintes tipos, sempre cotados à razão da tonelada:

1. crepe claro nº 1 — Cr\$105.788.546,00;
2. crepe claro nº 2 — Cr\$103.112.659,00;
3. crepe escuro nº 1 — Cr\$92.451.344,00;
4. crepe escuro nº 2 — Cr\$90.848.797,00;
5. crepe escuro nº 3 — Cr\$88.152.365,00.

A tabela também estabelece os preços para venda de borracha do estoque de reserva, que oscila de Cr\$90.848.797,00, nos tipos RSS-3, SMR-20 e SNR-20, até Cr\$101.155.605,00, para os tipos SMR-L, SNR-L e SIR-L.

Citei expressamente os valores mais significativos da nova tabela da borracha, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para que sua divulgação, pela "Voz do Brasil" e por outros órgãos do Senado Federal, atinja os trabalhadores e todos quantos dependam da economia da borracha vegetal, muitos deles perdidos e isolados nos rincões mais distantes da Amazônia, tendo nesses veículos sua única fonte diária de informações que dizem respeito a sua sobrevivência econômica e as perspectivas que se abrem ou se fecham para as respectivas famílias.

É, na realidade, pouco, muito pouco no universo de carências e de dificuldades vividas pelos produtores, usineiros

e trabalhadores do setor gomífero — mas sempre representa um alento, esse reconhecimento da defasagem nos preços e valores do produto que já fez a força da economia brasileira e que, ainda hoje, representa a maior alavanca social da grande Região Norte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

OSR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, O Brasil é detentor de um triste recorde mundial: é o País com o maior índice de mortes por acidentes de trabalho. A sua dianteira nesse índice é tão grande que, mesmo se reduzissem essas mortes a um terço, ainda assim continuaria a ser o país com o maior número de óbitos, acima de Israel, o segundo colocado. Enquanto em 10.000 trabalhadores acidentados em 1991, registraram-se 8 mortes na Finlândia, 12 nos Estados Unidos, 19 no México, 20 na Espanha e 21 em Israel, no Brasil esse número subiu para 70,6.

Somente nesse ano, em 640.790 acidentes registrados, o total de óbitos aqui, no Brasil, foi de 4.532 e de 19.972 o de trabalhadores incapacitados permanentemente para o trabalho. De acordo com dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho, em 10 anos — de 1982 a 1991 —, ocorreram no Brasil 46.548 mortes; 244.450 trabalhadores ficaram incapacitados para o trabalho, num total de 9.781.448 acidentes do trabalho. O que mais chama a atenção nesses números eloquentes e assustadoras em si, é que eles se referem tão-somente àqueles trabalhadores que têm carteira assinada e que trabalham na área urbana, pois não existem dados oficiais sobre o trabalho rural. São desconhecidos os números referentes a acidentes aí ocorridos. Se levarmos em conta que os trabalhadores representam apenas 58,8% da força de trabalho do País, é correto concluirmos que tais dados estão totalmente subavaliados e, por isso, mascaram a verdadeira situação do trabalhador brasileiro.

Esses números são aterradores e preocupam não só as autoridades das áreas trabalhista e previdenciária, mas a qualquer um que tenha alguma parcela de responsabilidade com os destinos do nosso País.

Como admitir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que uma quantidade tão grande de pessoas percam a vida ou se incapacitem para o trabalho justamente quando estão procurando garantir meios de prover o próprio sustento e o de sua família? Como admitir-se que um tão grande número de pessoas tenham no trabalho uma ameaça à própria saúde e à própria vida? Como admitir-se que um contingente de mais de 25 mil pessoas sejam retiradas compulsoriamente do trabalho a cada ano, por morte ou invalidez? Voltando a atenção para o campo econômico, como prover adequadamente de recursos um sistema previdenciário que, a cada ano, tem que passar a garantir o sustento dos dependentes dessas 25 mil pessoas ou como sustentar um sistema de saúde que tem de tratar tantos acidentados?

Se o trabalhador urbano vive tais dramas, na área rural a situação é bem pior. Na Bahia, por exemplo, ocorre um fato típico do desleixo a que é relegado o trabalhador rural brasileiro. Lá, existe o município de Valente, grande produtor de sisal. Só que não é essa fibra que o caracteriza. O que lhe dá nome são os trabalhadores mutilados durante o processo de beneficiamento do agave. Valente é conhecida como a "cidade dos manetas", trabalhadores que perderam dedos,

mãos ou braços no desfibramento do sisal. De acordo com dados levantados pelo sindicato rural local, eles já são mais de 1.500.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, existe aí algo mais paradoxal — eu diria algo mais patético e deprimente; é mais lucrativo para esses trabalhadores deixar que os seus dedos, sua mão ou o seu braço sejam triturados junto com as folhas do agave do que se prevenirem contra esses acidentes. Sem esses membros, eles podem ter uma aposentadoria que lhes garanta um salário mínimo mensal. Como desfibradores, trabalhariam às vezes 10h por dia em troca do correspondente a meio salário mínimo.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, como se vê, o tratamento dispensado à segurança do trabalho entre nós assemelha-se a uma verdadeira liquidação da vida. O Poder Público parece fechar os olhos, como se o problema não fosse seu; as empresas poucos fazem para evitar acidentes, porque, compelida pelo desejo de lucro, parecem ver nessa iniciativa apenas mais uma despesa.

Segundo Jacques Sherique, ex-diretor do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho, não existe no Brasil uma política de prevenção de acidentes que privilegie o operário. Os programas que se implantam são voltados para melhoria e proteção de equipamentos e das máquinas. Mesmo quando se aplicam grandes recursos em equipamentos de proteção para trabalhadores, esses investimentos se tornam inócuos, porque os operários, em geral, não sabem nem como nem por que utilizá-los. Em razão disso, os acidentes continuam a acontecer, e o equipamento que deveria servir para preveni-los, paradoxalmente, pode tornar-se causa de acidentes pelo uso inadequado que dele se faz.

Algumas medidas precisam ser tomadas no sentido de reverter esse quadro de insegurança. O primeiro passo, a meu ver, foi dado com a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial sobre Acidente de Trabalho e Saúde do Trabalhador, abrangendo os Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e da Saúde, com a finalidade de analisar a situação atual e propor soluções para o futuro.

Uma das conclusões desse grupo é que "a legislação como um todo (MTb, MPS, MS) merece reparos em vários pontos. Uma legislação sem sincronia entre os Ministérios envolvidos, não cumprida por falta de disciplina em alguns aspectos, por falta de fiscalização em outros, por falta de interesse em muitos e, finalmente, pela defasagem diante do atual estado de avanço das relações de trabalho e do processo produtivo do nosso País".

A par da consolidação e da harmonização dessas normas legais, creio ser muito importante que a legislação crie incentivos às empresas que adotarem medidas concretas de prevenção de acidentes. Paralelamente, há que se convencer os seus administradores que a redução e mesmo a eliminação dos acidentes devem ser objetivo permanente das empresas, numa constante política de valorização dos seus empregados, de modo a considerá-los como seres humanos e não como recursos humanos que podem ser facilmente descartados e substituídos.

Essa política de prevenção de acidentes, seguindo proposta de Jacques Sherique, deve estar concentrada em três pontos: a educação, o treinamento e a fiscalização.

O trabalhador deve participar, através de sugestões e do engajamento direto, do processo de prevenção de acidente, sendo educado para a importância de prevenir situações de risco. Pelo treinamento, ele aprenderá a maneira mais correta

de executar a sua função e o modo mais seguro de lidar com máquinas e equipamentos. A fiscalização deve existir em dois níveis: internamente, promovida pela empresa, e externamente, executada pelo Ministério do Trabalho ou por Estados e Municípios conveniados.

Do lado da empresa ainda, é imprescindível que essas medidas sejam complementadas com o fornecimento de máquinas e ferramentas adequadas aos serviços executados, além de haver a sua manutenção periódica para que estejam sempre funcionando bem.

A experiência tem demonstrado que, observadas as medidas de prevenção de acidentes, o retorno financeiro para as empresas é surpreendentemente maior, pois significam número mais reduzido de afastamentos dos trabalhadores por acidente e menor quebra dos equipamentos. Sem falar que operários mais protegidos são mais eficientes, têm mais disposição para a execução de suas tarefas e as executam com mais qualidade.

No tocante às punições, é sabido que a pena pecuniária não é a forma mais eficiente de pressão sobre empresários para que adotem medidas de segurança, tendo em vista que todo valor pago como multa é repassado aos custos dos produtos. Assim, creio que, entre as punições impostas às empresas recalcitrantes na adoção de políticas preventivas, poderia se incluir a proibição de participarem de concorrências públicas, a restrição do acesso aos créditos oficiais e, o mais importante, a sua responsabilização civil e criminal, quando, direta ou indiretamente, concorrerem para os acidentes.

Incompreensivelmente, constatou o já referido grupo interministerial não estar sendo cumprido um preceito legal que determina a cobrança pela Previdência das despesas de atendimento de acidentados, através de ações regressivas contra as empresas, quando se comprovar o dolo, a culpa ou

a negligência, no caso de acidentes de trabalho. Estou convencido de que essa é uma medida de grande eficiência na prevenção de acidentes. A indagação que fica é por que, até hoje, o Ministério da Previdência ainda não a utilizou?

Como se pôde ver, Srs. Senadores, esse é um tema por demais complexo, que, apesar de sua importância para a vida do trabalhador brasileiro, parece ter sido, no passado, relegado a um plano secundário no rol das preocupações de nossos governantes. É, no entanto, alentador, saber que as nossas autoridades dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Trabalho já estão unindo esforços para encontrar uma solução para tão grave problema. Ao tempo em que aplaudo essa iniciativa, faço um apelo aos integrantes do grupo interministerial que estuda a matéria para que sejam ágeis nas suas avaliações e objetivos e práticos em suas conclusões, pois o trabalhador brasileiro tem pressa desses resultados.

Com isso, o Estado brasileiro, cumprindo a sua obrigação de prover condições indispensáveis ao pleno exercício do direito à saúde, estará dando ao operário a garantia de que o trabalho não será causa de sofrimento, de doença ou de morte.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo ainda, dentro do horário de que disponho, pedir a transcrição nos Anais do Senado do artigo publicado hoje na *Folha de S. Paulo* sob o título "Ética e futuro", de autoria da empresária Cosette Alves. É um artigo que merece a atenção dos senhores jornalistas, dos senhores da imprensa, para que evitem dar o tratamento que vêm dando às informações nem sempre corretas a respeito dos políticos brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JUTAHY MAGALHÃES EM SEU DISCURSO:

FOLHA DE S. PAULO

IMPRESSA

opinião

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

FOLHA 14.6.93 Ética e futuro

COSETTE ALVES

As críticas a políticos e homens públicos no Brasil, na França e na Itália podem representar o início de uma grande renovação — de quadros, de mentalidades, de atitudes. Exigimos ética na vida pública. Entretanto, muitos têm sido condenados pela imprensa e pela sociedade sem julgamento. A crítica é tão violenta que não dá tempo para saber quem é culpado ou inocente. Vivemos uma época de caça às bruxas. Frustrados, movidos pela ira e pelo rancor, julgamos sumariamente. Nivelamos por baixo: todos são corruptos. As denúncias são comemoradas com êxtase. Nos deleitamos com sua ruína sem perceber que eles somos nós.

Estamos apenas procurando bodes e piatórios.

Temos muitos políticos decenonários e não há dúvida de que é preciso renovar. Para isso deveríamos lutar por reformas políticas, voto distrital, novas leis para financiamento de campanha, reforma partidária e até questionar a obrigatoriedade do voto. É menos conveniente do que futricar e vitiar pessoas dos políticos e andar atrás de um indêviduo de cartões oficiais. Mas essas reformas nos levariam a um ponto mais seguro do que as denúncias generalizadas.

Se queremos renovação, dignamente ela virá depois de um período de

terror, com injustiça e violência. Depois do terror vem Napoleão.

As acusações devem ser feitas com ética e justiça. Com a mesma ética que queremos ver na nova classe política.

Não existe democracia sem justiça. A nossa sociedade é tão injusta e marcada por desigualdades. Também é injusta generalizando as acusações contra políticos e homens públicos. As denúncias devem ser feitas com responsabilidade. O estilo futrico-sarcástico é injusto e imoral.

Uma sociedade com baixa auto-estima, cruel, é vítima de si mesma e se destrói por meio de bodes expiatórios.

Eles não substituem a terrível falta de um sonho para o Brasil. O que está acontecendo de fato? Vingança contra sonhos que não se realizaram? Sonhos realizáveis ou milagres? Desespero e urgência para mudar? Será que a idealização que se faz do político e do homem público é tão grande que, quando se percebe que eles não correspondem à idealização, tornam-se os únicos responsáveis pelos infortúnios do país? Será que essa violência contra eles nos isenta de responsabilidade?

A escolha do presidente Itamar Franco foi boa e sábia. É bom refletir sobre a ida do chanceler Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda.

O país vibrou com entusiasmo e alegria. Tem esperança. Recupera o ânimo. Parece que ganhamos a Copa do Mundo. O Brasil acredita que tem jeito.

Agora, do entusiasmo vamos para onde? Como manter esse otimismo? Entre tantas coisas, devemos primeiro perceber que podemos cooperar, e muito. Não devemos transformar o ministro em salvador da pátria e daqui a pouco começar a

atacá-lo. Para que isso não aconteça é urgente deixar de lado a crença em milagres. Resistir ao hábito das conversas secretas entre quatro paredes que viram manchetes dos jornais. A int

prensa pode ajudar e pode atrapalhar. E muito.

A imprensa também precisa se renovar. Ter mais cuidado com a informação. Não se distrair com futricos "divertidos" e perigosos que desestabilizam com suavidade, mas implacavelmente. Concentrar seus esforços e conosco cobrar dos políticos ajuda para tirar o país da inflação, da miséria. Todos têm sua parte nesta luta.

Temos que ouvir o apelo do ministro Fernando Henrique. É uma advertência sincera e um pedido de ajuda para construir um país ético. Se quisermos mudar, devemos mudar o próprio processo de mudança. Que seja mais justo e humano. ~~É isto~~ como o objetivo da mudança.

COSETTE ALVES é empresária, integrante do Conselho de Administração da Casa Anglo Brasileira S/A — Mapeamento e direção de Acion S/A — Administração, Indústria e Comércio.

Uma sociedade com baixa auto-estima, cruel, é vítima de si mesma e se destrói por meio de bodes expiatórios

COMPARECEM MAIS OS SENHORES:

Amir Lando _ Antônio Mariz _ Aureo Mello _ César Dias _ Jarbas Passarinho _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Paulo Bisol _ José Sarney _ Júlio Campos _ Marco Maciel _ Raimundo Lira _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário. É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 570, DE 1993

Tendo sido designado pelo Senhor Presidente da República para representar o Brasil na Conferência Mundial de Direitos Humanos, a realizar-se em Viena, solicito autorização do Senado para aceitar a referida missão, nos termos dos arts. 55, III, da Constituição e 40 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 14 de junho de 1993. — Senador **Gariibaldi Alves Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — De acordo com o art. 40, § 4º, do Regimento Interno, este requerimento será remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devendo ser submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia, em virtude do que se acha previsto no art. 40, § 3º, da Lei interna.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente. Presentes na Casa 38 Srs. Senadores. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1993 (apresentando como conclusão de Parecer Proferido em Plenário, Relator: Senador Mauro Benevides, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo — LFTP, destinadas ao giro de 90% das 64.272.995 LFTP, vencíveis em 15 de junho de 1993.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária do dia 11 do corrente.

A votação do projeto fica adiada para a próxima sessão por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — **Item 2:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão de seu Parecer nº 166, de 1993), que dispõe, com base no art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, sobre as operações de financiamento externo com recursos orçamentários da União. (Dependendo de parecer sobre

as Emendas de Plenário.) Projeto de Resolução nº 44, de 1993.

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

A matéria ficou sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

À proposição foram apresentadas seis emendas.

Nos termos do art. 140, a, do Regimento Interno, solicito do nobre Senador Esperidião Amin o parecer sobre as emendas, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª tem a palavra.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na Ordem do Dia de hoje constam dois assuntos do maior interesse a serem votados. V. Exª, prudentemente, quanto ao primeiro assunto, ao verificar que não havia **quorum**, deixou para que fosse votado em outra sessão.

Outro dia, alguns dos Srs. Senadores devem ter estranhado a minha obstinação em pedir que endividamentos internos e outros assuntos de magna importância passassem antes pela Comissão de Assuntos Econômicos que, em sendo uma comissão técnica, exige de seus participantes um mínimo de conhecimento da situação do Estado que está pedindo o empréstimo, assim como peculiaridades que todo contrato e todo empréstimo trazem no seu bojo.

Temos hoje, aqui, um pedido de rolagem da dívida do Estado de São Paulo, em que se solicita sejam considerados não 88% da rolagem da dívida, como foi acordado na Resolução nº 36 e na Lei nº 8.338, mas 83%, ou seja, com 17% de liberdade de emissão de notas a mais do que havia sido rolado.

Em segundo lugar, estamos a discutir — e este é o fulcro da questão — uma resolução do Senado Federal, de autoria do Senador Esperidião Amin, que foi debatida sobejamente na Comissão de Assuntos Econômicos.

Não vejo, Sr. Presidente, condição de se discutir nem um e nem outro projeto nesta sessão, mesmo porque há uma tradição nesta Casa de que assuntos que devem ser decididos em sessão do Plenário quase sempre são votados na terça, na quarta e na quinta-feira.

Repito que essa resolução foi por demais debatida no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. No entanto, a qualquer momento — reza o nosso Regimento — poderemos apresentar emendas a resoluções, e muitos Senadores que possam ter ou representar interesses nesse projeto específico podem não estar aqui hoje. Eu mesmo pretendo apresentar emendas. Trata-se de assunto de interesse do Brasil, visto que as exportações que dependem de financiamento estão paradas.

Assim sendo, peço a V. Exª que adie a sua apreciação para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nobre Senador Ronan Tito, à semelhança do que ocorreu com o item 1, não haverá votação por falta de **quorum** especial.

Entretanto, no que tange ao oferecimento do parecer, lembro a V. Exª que o projeto de resolução está em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno,

tendo permanecido sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno. Inclusive já foram apresentadas seis emendas. O nobre Relator, porém, poderá, em face da sugestão de V. Exª, na forma regimental, pedir para oferecer o seu parecer na sessão de amanhã, ou seja, no prazo de vinte e quatro horas.

Consulto o nobre Relator, nos termos do art. 348, inciso II — já que segunda-feira é um dia em que não há muita frequência no Senado — se V. Exª deseja oferecer o seu parecer, passaremos à discussão somente na sessão de amanhã.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPR-SC. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) — Sr. presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de ratificar as palavras do nobre Senador Ronan Tito tanto a respeito deste item, matéria que ficou sob minha responsabilidade em termos de relatório na Comissão de Assuntos Econômicos, quanto ao item I da pauta, em que, salvo melhor juízo, constata-se o pedido de autorização que excede aos limites da lei e do memorando de entendimento firmado em março de 1991 entre o Governo de São Paulo, outros Governos de Estados brasileiros e o Governo Federal.

Quando ao segundo item, devo assinalar que, graças à colaboração da assessoria do Senado e, inclusive, de assessores do Executivo, conseguimos produzir, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma discussão proveitosa para um assunto da maior relevância que o Governo submeteu a esta Casa.

A primeira dúvida que gostaria de sanar, antes de dar minha opinião, Sr. Presidente, é sobre a natureza da urgência a que V. Exª referiu, e, se entendi bem, é o art. 336, letra "e"?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Letra c.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Foi requerida a urgência?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Foi requerida e foi aprovada. Só assim o projeto poderia tramitar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Subscrita por quem?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Por Líderes partidários representando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Mais do que dois terços?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Mais da metade, portanto, a maioria absoluta da Casa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Representando dois terços, correto?

O SR. PRESIDENTE — (Chagas Rodrigues) — Dois terços, V. Exª tem razão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sanada essa primeira dúvida, quero dizer a V. Exª que, ainda que eu entenda que esta matéria deva ser tratada com urgência — é por isso que peço a compreensão da Mesa — o Senado está instado por dezenas e dezenas de exportadores a dar uma resposta à Mensagem nº 186, na origem, que o Senador Presidente da República endereçou-nos suscitando esse assunto.

Traia-se, repito, da Mensagem nº 186, de 12 de maio, que passou a tramitar aqui a partir do dia 17 de maio. Estamos sendo instados a dar uma resposta ao assunto porque dezenas de processos de exportação de bens de capital, de bens de consumo durável e de serviços, já aprovados pelo foro compe-

tente, seja o Comitê extinto no dia 11, seja, no caso das alçadas devidas, pelo Banco do Brasil ou, no caso do Finamex, pelo BNDES, estão sustados desde o dia 11 de maio.

Não tenho uma posição sobre a situação atual, mas afianço a V. Exª que a Carteira de Exportação, ou seja, de pleitos aprovados e não aprovados, no dia 14 de maio, montava o equivalente a US\$2.200 bilhões. Há casos, por exemplo, como o da Embraer, em que dois aviões já foram vendidos, pagos pelo importador no percentual correspondente a sua obrigação e o contrato já estava aprovado e não foi encerrado ainda, porque o Executivo deixou acéfala a gestão dessa matéria, extinguindo o comitê.

Ainda que na Comissão de Assuntos Econômicos tenhamos diligenciado sob a supervisão do nobre Senador João Rocha, com a colaboração de todos em um trabalho de equipe, tenhamos dado uma resposta há mais de dez dias a esse assunto, o Senado ainda não tornou pública essa resolução nem discutiui a segunda parte do que decidimos, decorrendo de a adotarmos. Uma vez adotada essa resolução, Sr. Presidente, teremos que oficialar ao Senhor Presidente da República para que Sua Excelência estabeleça ou restabeleça o mecanismo ou os mecanismos de gestão dessas exportações, porque, adotada a diretriz aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, vamos definir parâmetros para o que entendemos seja operação de crédito externo, ou seja, financiamento ao comprador estrangeiro, seja ele pessoa de direito público ou privado.

Não vamos regular, com essa resolução, as operações de crédito internas, até porque não seriam passíveis de uma resolução do Senado e sim de decreto regulamentador à Lei nº 8.187, pelo próprio Executivo.

Teremos que responder ao Presidente da República e a sugestão dessa resposta faz parte do meu parecer e também do relatório que pretendo apresentar em plenário quando me for atribuída essa missão.

Então, fazendo essa advertência a todos nós, inclusive a mim mesmo, quero dizer que concordo com as observações do Senador Ronan Tito. Creio que essa discussão deve ser levada a efeito com o Plenário apto a decidir e não apenas a se informar, como seria o caso de hoje, já que não poderíamos ter uma decisão.

Gostaria de enfatizar. Adotado o projeto de resolução, deveremos dizer ao Governo que deve ser estabelecido ou restabelecido o mecanismo de gestão de tais operações de crédito.

Com essas palavras, Sr. Presidente, quero reiterar que concordo, para o bem da melhor resolução e do maior esclarecimento do assunto, em postergar a discussão para amanhã, mas faça esta advertência: não podemos adiar sem uma razão fundada — e hoje parede-me que há uma razão fundada — a decisão sobre essa matéria, pois sobre nós já pairam graves ônus políticos e sobre o País paira um grave ônus financeiro e econômico que tumultua a nossa pauta de exportação.

Eram essas, portanto, Sr. Presidentê, as considerações que gostaria de fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Consulto, portanto, V. Exª se deseja proferir parecer hoje ou na sessão de amanhã?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, já manifestei que, em nome da melhor decisão, concordo em postergar. Julgo que seria plausível, em função da linha de argumentação do Senador Ronan Tito. Não posso dizer: prefiro emitir

o parecer hoje, porque seria mais cômodo para mim, pois haverá menos emendas, menos debates. Entendo que deve haver debate. Na comissão de Assuntos Econômicos conseguimos um bom resultado porque houve debate, o processo foi enriquecido porque todos os Senadores trouxeram contribuição para a matéria, que é da maior delicadeza e complexidade.

Não posso ser contrário à postergação, mas, repito, amanhã a matéria deverá ser decidida.

O Sr. Mauro Benevides — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs Senadores, não há por que recusar o assentimento nosso à manifestação do Senador Esperidião Amin, que deseja somente de amanhã proferir seu parecer sobre essa importante resolução, que haverá de repercutir intensamente nos interesses do País em termos de comércio exterior.

Da mesma forma como o fizeram os eminentes colegas, Senadores Ronan Tito e Esperidião Amin, desejo, neste instante em que se aprecia a discussão do item 2 da pauta, vincular-me também ao item 1 da pauta, que é pertinente ao empréstimo pleiteado pelo Governo de São Paulo, ou seja autorização para reemissão e colocação no mercado de letras financeiras do Estado bandeirante.

Diria a V. Exª, Sr. Presidente, porque isso deve ter ficado muito claro nas notas taquigráficas, que ao ser designado por V. Eª para relatar a proposição, nada mais fiz do que perfilhar um parecer do eminente Senador Mário Covas, um dos mais atuantes e cristeriosos, competentes e brilhantes membros daquela Comissão Permanente do Senado Federal, da qual sou apenas primeiro suplente.

Tive realmente muito desejo de integrar aquela Comissão, mas o número de Senadores do PMDB que desejava compor aquele colegiado foi de tal ordem que me situei numa discreta suplência, sem que isso significasse recusa ao acompanhamento daquelas matérias que, repercutindo na vida econômica e financeira do País, estavam sujeitas à apreciação regimental da Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, o que desejo esclarecer neste instante, Sr. Presidente, é que o parecer que adotei era da lavra do Senador Mário Covas, que tem acompanhado, com um desvelo indiscutivelmente elogiável, todas as matérias que tramitam na Comissão de Assuntos Econômicos. E como no dia apurado para a sua reunião aquela Comissão não pôde ser reunir, por razões naturalmente ponderáveis, e foi concedida a urgência pelas Lideranças partidárias, veio a mim esse processo, para que, examinando-o — como o fiz — pudesse exatamente me louvar naquilo que me pareceu absolutamente consentâneo, que era o parecer do nobre Líder do PSDB, Senador Mário Covas.

Não houve, realmente, da minha parte nenhum interesse em subverter normas que porventura tenham sido assentadas naquela Comissão, porque certo estou de que o Senador Mário Covas, membro que era da Comissão de Assuntos Econômicos, jamais invalidaria qualquer diretriz que pudesse, jurisprudencialmente, ter predominado no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

Era um esclarecimento que me sentia no dever de prestar a esta Casa, porque, ainda ausente deste plenário o Senador Mário Covas, a mim coube admitir o seu parecer, tornando-o válido diante da exigência regimental desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Ficam registrados os esclarecimentos de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O item nº 2 da Ordem do Dia, o Projeto de Resolução nº 44, de 1993, figurará na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Para esclarecimento. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente quero apenas dizer que manifesto o meu apoio não só à decisão do Senador Esperidião Amin de amanhã apresentar o seu parecer, mas também à de votarmos essa matéria.

Na condição de vice-Líder do Governo, tive oportunidade de obter dos Srs. Líderes dos diversos Partidos representados nesta Casa, o regime de urgência e, que foi aprovado pelo Plenário. Por essa razão, está matéria incluída em Ordem do Dia, para discussão.

Neste ponto, falando como simples Senador, sem qualquer influência de posições eventualmente ocupadas por mim, quero dizer que escutei os esclarecimentos do Senador Mauro Benevides a respeito do empréstimo para São Paulo, da rolagem da dívida de São Paulo. Pessoalmente, tive oportunidade de me referir a esse assunto na sessão de sexta-feira, se não me engano, declarando que levantava alguns questionamentos.

Tínhamos aqui discutido o projeto que dizia respeito ao Estado do Maranhão, o que me alertou. Não faço parte da Comissão de Assuntos Econômicos nem como efetivo nem como suplente, mas, de vez em quando, tomo conhecimento do que ali ocorre, e observei que estávamos votando de acordo com decisões tomadas anteriormente na Comissão de Assuntos Econômicos a respeito de empréstimos para o Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Depois disso, no entanto, Sr. Presidente, de sexta-feira para cá, comecei a procurar informações, e hoje, quanto a esse Projeto de Resolução, não tenho apenas a impressão, mas certeza de que é inconstitucional. Por essa razão, votarei contra. Esse é um posicionamento pessoal, sem nenhuma influência de qualquer outra posição que eu tenha.

O Sr. Esperidião Amin — Senador Jutahy Magalhães, V. Ex^a nos prestaria um grande serviço se nos explicasse o porquê da inconstitucionalidade.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Isso está inclusive no Ofício do Banco Central, Senador Esperidião Amin. Não se trata do Proex, mas do empréstimo ao Estado de São Paulo:

“§ 3º Tendo em conta que a alteração pretendida depende de autorização do Senado Federal, conforme a Resolução nº 36/92, desta Casa Legislativa, estou encaminhando o pedido a V. Ex^a, registrando que a Emenda Constitucional nº 3, de 17-3-93, em seu art. 5º proíbe, até 31-12-99, a emissão de novos títulos estaduais e municipais, admitindo apenas o giro do principal, devidamente atualizado.”

Eis, Sr. Presidente, o que diz o ofício do Banco Central. Por essa razão, é que anuncio que votarei contra a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Para esclarecimento. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, está encerrada a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está, Sr. Senador. Não havendo **quorum**, os dois itens não poderiam ser votados. E o nobre Relator, em face de considerações aqui aduzidas quando da apreciação do item 2, na forma regimental, concordou em oferecer o seu parecer na sessão de amanhã.

O SR. MARCO MACIEL — Pois não. Estou devidamente esclarecido. Sr. Presidente.

Tendo em vista o encerramento da Ordem do Dia, Sr. Presidente, gostaria que fosse concedida a palavra, como Líder, ao nobre Senador Raimundo Lira, que tem uma comunicação a fazer à Casa sobre um infausto acontecimento ocorrido em seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concederia a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira logo após a apreciação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se à apreciação do Requerimento nº 569, de 1993, lido no Expediente, de autoria do nobre Senador Almir Gabriel, solicitando licença para participar da Conferência Mundial de Direitos Humanos.

Solicito ao nobre Senador Bello Parga que profira o parecer, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Trata-se de matéria comum, que geralmente é aprovada por todos os Srs. Senadores. É matéria pacífica. Não haverá votação. Será dado o parecer somente para instruir a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Bello Parga para proferir parecer.

O SR. BELLO PARGA (PFL — MA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no seu requerimento, o Senador Almir Gabriel informa ter sido designado pelo Senhor Presidente da República para representar o Brasil na Conferência Mundial de Direitos Humanos, a realizar-se em Viena, no período de 14 a 25 de junho de 1993.

S. Ex^a solicita a competente autorização desta Casa para aceitar a referida missão, nos termos do art. 55, III, da Constituição, e art. 40 do Regimento Interno.

O Requerimento do nobre Senador Almir Gabriel está instruído com o decreto do Senhor Presidente da República, na Pasta do Ministério das Relações Exteriores, designando-o para a aludida missão.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer é favorável. A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se à apreciação do Requerimento nº 570, de 1993, lido no Expediente.

Solicito ao nobre Senador Magno Bacelar, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que profira o parecer.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a exemplo do requerimento do nobre Senador pelo Pará, também o requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho está embasado em decreto presidencial de 9 de julho, em que o Senhor Presidente da República designa os membros da Delegação brasileira para a Conferência Mundial de Direitos Humanos.

Assim sendo, Sr. Presidente, estando o requerimento devidamente instruído, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O parecer é favorável.

A votação do requerimento fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira, para uma breve comunicação.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PFL — PB. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, com muito pesar, comunico a esta Casa o falecimento do Dr. Arnaldo Lafaiete, ex-Deputado Federal por várias legislaturas e meu primeiro suplente aqui no Senado Federal.

O Dr. Arnaldo Lafaiete, paraibano da cidade de Monteiro, pertencia a uma família tradicional, sobretudo de intelectuais, de homens voltados para a área do ensino e da educação no Brasil. Durante sua atuação na Câmara Federal, dedicou especial atenção à área de ensino com estudos, pesquisas e projetos particularmente voltados ao ensino universitário brasileiro.

O Sr. Mauro Benevides — V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Raimundo Lira?

O SR. RAIMUNDO LIRA — Com muito prazer, Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Senador Raimundo Lira, desejo expressar a V. Exª a manifestação da minha solidariedade pelo falecimento do ex-Deputado Arnaldo Lafaiete. Conheci-o ainda no exercício do meu primeiro mandato de senador, companheiros que fomos de Congresso Nacional, onde ele sempre pontificou pela dignidade da sua atuação, pelo seu esforço e pelo desejo de servir ao povo paraibano e, por natural extensão, ao povo brasileiro. Portanto, é uma perda para a vida pública do seu Estado e, em particular, para V. Exª, que o tinha como primeiro suplente da cadeira senatorial da qual V. Exª é titular.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado, Senador Mauro Benevides.

O Dr. Arnaldo Lafaiete era um homem muito respeitado no meu Estado da Paraíba; gozava de alto conceito, tanto na condição de deputado federal, quanto após o término do seu último mandato na Câmara dos Deputados. Realmente, a Paraíba, neste instante, lamenta esse infausto acontecimento.

Transmito, aqui do Senado Federal, os meus mais sinceros votos de solidariedade a sua família, aos seus amigos e a todos aqueles que tinham, no seu convívio, um amigo e um companheiro.

O Sr. Marco Maciel — Senador Raimundo Lira, V. Exª me permite um aparte?

O SR. RAIMUNDO LIRA — Com muito prazer.

O Sr. Marco Maciel — Senador Raimundo Lira, desejo associar-me à manifestação de V. Exª pelo passamento do nobre ex-colega Deputado Arnaldo Lafaiete. Desejo dizer a V. Exª que conheço bem a família do ex-Deputado, pois convivi de maneira muito próxima com Arnaldo Lafaiete, cuja família, pode-se dizer, é paraibano-pernambucana, porque natural de uma região da Paraíba que faz limite com Pernambuco, a região de Monteiro. Ela integra uma geração de ilustres homens públicos que tiveram formação universitária no Recife. Os Mayer, por exemplo, que tiveram o Ministro Luiz Rafael Mayer como um de seus expoentes; a família Falcão, que teve no Supremo o Ministro Djaci Falcão, assim também a família Lafaiete faz parte daquele grupo de famílias que nascem paraibanas, ou seja, em Municípios da Paraíba, mas que, pela proximidade com Recife, têm a sua formação cultural e intelectual em Pernambuco. São, podíamos dizer, pernambucanos de Monteiro da Paraíba. Isso se explica, como sabe muito bem V. Exª, Senador Raimundo Lira, não somente pela proximidade geográfica de Monteiro com Recife, mas também pelo fato de, logo cedo, Recife ter feito uma estrada que não era asfaltada inicialmente, mas que aproximava muito aquela parte da Paraíba do Recife. Então, em Pernambuco, conhecemos e nos aproximamos muito da família Lafaiete, muitos dos quais amigos meus, e todos eles — uma característica da família Lafaiete — pessoas extremamente simpáticas e inteligentes. Um deles, o Geraldo Lafaiete, foi reitor da Universidade Federal de Pernambuco; um de seus irmãos foi alto funcionário da Secretaria da Fazenda; um outro foi renomado médico no Recife. Enfim, é uma família que tem, conseqüentemente, profundas ligações com a comunidade pernambucana, com a comunidade recifense. Daí por que o seu passamento nos consterna; consterna não somente o povo pernambucano, mas também o povo paraibano. Por isso mesmo, peço a V. Exª que transmita à família do falecido, ao Governo da Paraíba, às autoridades municipais de Monteiro, o nosso sentimento de pesar. E creia que a comunicação de V. Exª ensina a que todos nós, Senadores, a ela nos associemos e, mais do que isso, faz com que busquemos também prestar no devido tempo as homenagens que o espírito está a merecer por uma vida pública dedicada aos melhores serviços à Paraíba e, por que não dizer, ao nosso País.

O SR. RAIMUNDO LIRA — Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Naturalmente, a Mesa do Senado procederá, neste caso, de acordo com o que reza o Regimento da Casa. Resta-me somente terminar a minha comunicação, dizendo da tristeza dos paraibanos neste momento, da tristeza em especial da minha família e da minha tristeza pessoal por ter perdido o convívio de um amigo, de uma pessoa simples, mas extremamente educada, correta, honesta, que dedicou a sua vida, o seu saber, a sua inteligência — capacidade ao bem público.

Penso que o reconhecimento que o povo paraibano fará a sua memória será mais uma das compensações que o Dr.

Arnaldo Lafaete e família terão por todo esse trabalho dedicado ao nosso Estado e ao nosso povo.

Encaminho à Mesa, Sr. Presidente, um requerimento que complementa a comunicação que fiz, para ser lido amanhã.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Mesa muita lamenta o passamento do ilustre homem público Dr. Arnaldo Lafaete.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PP — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em meu discurso, aqui no Senado, prometi abordar o tema das corajosas afirmações feitas pelo Sr. Ministro da Agricultura, Nuri Andraus, no dia de sua posse. Esse discurso, por conseguinte, foi feito bem antes dos acontecimentos que têm sido objeto de sucessivas reportagens envolvendo S. Ex^a

A idéia central do novo Ministro da Agricultura é “retomar a política desenvolvida até 1978, criando um fundo para equalização dos preços agrícolas, que seria composto de recursos provenientes da remuneração do dinheiro que os bancos são obrigados a aplicar no crédito agrícola. Com isso, as instituições financeiras deixarão de receber a correção monetária e os juros de 12% ao ano que remuneravam esta parcela de depósito compulsório. Além disso, ele propõe que o vencimento dos créditos ocorra em parcelas, ao longo de cinco meses, de modo a evitar a concentração da demanda por crédito em um só momento e a necessidade de colocar os estoques de produto em um só mês”, noticia o *Correio Brasileiro* de 6 de junho corrente.

A totalidade das Normas, que pretende ver editadas para poder implantar seu plano, deverá ser divulgada, mas já se sabe — por seu discurso de posse, pela entrevista que deu, em seguida, aos jornalistas e pelas conversas informais que vazaram que será aumentado o depósito compulsório dos bancos para financiar a implantação do Sistema de Equivalência-Produto, para corrigir empréstimos rurais.

É preciso que se tenha em vista que tais depósitos à vista não rendem juros aos depositantes, e, portanto, não se pode conceber que tais depósitos continuem rendendo bilhões de dólares aos bancos.

A Norma imaginada pelo Ministro é perfeita em sua essência, porque vertida para o bem comum, e não para privilegiar injustamente e onzenariamente os banqueiros.

Atualmente, o Banco Central recolhe metade do total de depósitos à vista que não rendem juros para os depositantes. É de se ver que é pouco o aumento de 25%, pois, como se viu, esse depósito, que não rende juros para os depositantes, não pode render juros para os banqueiros, mas tem que ser empregado de forma a beneficiar o bem comum.

Repensar o Sistema Financeiro é preciso! Essas regras que privilegiaram os banqueiros de forma injusta e usúria fazem parte do entulho normativo responsável, como temos dito e repetido tantas vezes, pela crise de nossas instituições, que tem sua causa remota e próxima na contradição dos termos da definição da Norma.

Acontece que — li no *Correio Brasileiro* — para conseguir os recursos para o Fundo de Equalização, o Ministro terá que submeter sua proposta ao Conselho Monetário Nacional (CMN). Se a proposta for aprovada, o Governo terá que editar ainda uma medida provisória com as novas regras de financiamento do crédito rural.

Então, teremos oportunidade de presenciar uma batalha no Congresso, em que se digladiarão, de um lado, os que realmente querem fazer normas para o bem comum; e, de outro, os lobistas que aqui vêm para defender o sistema financeiro — a maior, a primeira, a mais poderosa, a mais perversa causa próxima da grande crise econômico-financeira por que estamos passando.

Concito todos os meus pares para irem se preparando para a grande batalha. É hora de começar a repensar o sistema, em face do primeiro passo que foi dado pelo Ministro Nuri Andraus. Cada uma daquelas regrinhas — que são Normas — precisa estar adequada à definição de sua essência. Todas elas precisam estar vertidas para o bem comum, e não estar injustamente a serviço da cobiça dos banqueiros.

Não é fácil, como se verá. Seus lobbies poderosíssimos estarão presentes e poderão ser distinguidos perfeitamente. De um lado, repito, estarão aqueles que se disporão a defender o bem comum, o direito; e, de outro, se alinhará a coorte do sistema, lutando com unhas e dentes para manter seus privilégios, conquistados pacientemente através dos anos, quando não para ampliá-los. Veremos, então, quem é quem no Congresso Nacional.

Rendo aqui minhas homenagens mais calorosas ao Ministro Nuri Andraus, por ter enxergado que é cortando os ganhos injustos propiciados pela cobiça dos banqueiros que solucionaremos a grande maioria dos problemas socio-econômicos por que passamos.

São os banqueiros que estão mantendo a inflação, a qual lhes está propiciando ganhos nunca dantes por eles imaginados. São eles que não querem dar-lhe fim. Inflação que é, antes de tudo, consequência da filosofia desse neoliberalismo que aí está, e que também querem manter a qualquer preço; inflação que é consequência dos juros altos do mercado, juros que eles querem que sejam regidos pela “lei do mercado-lei que não é lei, mas um mito criado pelos pseudocientistas formados nas universidades do sistema e que fazem seus lobbies no mundo inteiro, onde ocupam altas posições nos governos, nas universidades, onde são designados para “fazer a cabeça” da juventude e do povo em geral.

É urgente que mais ministros, mais congressistas venham e digam palavras como as ditas pelo Ministro da Agricultura, Nuri Andraus, na sua posse, pois esta é a trilha que, se seguida, solucionará os problemas de que padecemos.

Mas a crise institucional por excelência, a crise “transcendental”, porque “condição de possibilidade de solucionar as outras crises”, é, sem dúvida, a crise político-partidária que estamos procurando solucionar através de diversos projetos, uns da Câmara, outros do Senado; e um grande projeto, que ainda está sendo elaborado, a pedido do Presidente, no Ministério da Justiça.

Creio que só uma comissão mista, estudando as três vertentes, em regime de urgência urgentíssima, dará condições de solucionar esse problema de ordem “transcendental”.

Por isso, venho insistindo que o Ministro da Justiça deveria convidar os líderes do Congresso que estão à testa da condução do problema para encontrar uma solução de consenso. E daqui renovo o meu pedido ao Sr. Ministro da Justiça e ao Senhor Presidente da República para se dedicarem à solução do problema, que só ele poderá dar governabilidade institucional a esse Governo e aos que virão depois.

Sem esta reforma, a cada fato novo, terá o Senhor Presidente que recomeçar a luta para sustentar a sua “maioria”,

sempre aleatória. Sem a reforma, continua institucionalizada a ingovernabilidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O nobre Senador Magno Bacelar desistiu de sua inscrição.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, já não é possível ignorar a existência de movimentos separatistas no Brasil, especialmente nos Estados do Sul do País. Causamos espécie que estes seus líderes falem nos jornais e emissoras de rádio e televisão, preconizando ostensivamente as idéias separatistas. A mera defesa do separatismo constitui flagrante ameaça à segurança da Nação, uma afronta a dispositivos da nossa Lei Maior, que tem de ser tratada com o devido rigor pelo Governo.

A unidade cultural e lingüística deste território continental que é o Brasil sempre causou espanto e constitui, sem qualquer dúvida, a herança maior e mais importante que recebemos do colonizador português. Em quase 500 anos de história real, dos tempos da Colônia até hoje, o Brasil conseguiu superar muitas diferenças internas, algumas de grande gravidade, consolidando a sua integridade territorial mediante pacífica e harmoniosa convivência entre pessoas de diferentes origens raciais e religiosas.

O Governador do Sergipe, o Dr. João Alves, nosso ilustre correligionário, relata seu espanto quando viu em Curitiba uma grande quantidade de automóveis trafegando com adesivos em que estava expressa a frase: "O Sul é o meu País". O Governador foi a Curitiba, a convite do ex-Prefeito Jaime Lerner, assistir ao espetáculo lírico do tenor espanhol José Carreras, constante da programação elaborada para comemorar os 300 anos da capital paranaense.

Há testemunhos insuspeitos, como o do nosso ilustre correligionário de Sergipe, mas há, também, copiosos noticiários da imprensa rastreando a ação de alguns grupos minoritários, defendendo a impatriótica idéia do separatismo. Os jornais falam nos movimentos "República Farroupilha", "República do Pampa Gaúcho" e "O Sul é o meu País". Referidos movimentos divisionistas realizaram dois congressos, no ano passado, organizando-se em uma frente única por eles denominada de "Frente Para a Independência do Sul".

No Título I da nossa Constituição, "Dos Princípios Fundamentais", está consagrado no artigo 1º que a República Federativa do Brasil é formada "pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal". Assim, Sr. Presidente, esses movimentos esdrúxulos, que defendem a secessão do território nacional, devem ser tratados como conspirações sediciosas e os seus responsáveis processados criminalmente e punidos com o rigor da lei.

A primeira responsabilidade do Governo, como de qualquer cidadão brasileiro, é zelar pela integridade desse imenso patrimônio territorial. O Governo não pode hesitar diante do impatriotismo desse pequeno grupo de maus brasileiros, devendo aplicar a lei com a maior energia possível. Não temos diferenças étnicas e religiosas que alimentem ressentimentos e ódios dentro de nossas fronteiras. Aqui todas as raças e todas as religiões têm espaço para conviverem harmoniosamente.

Temos de convir, no entanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que nestes poucos mais de 100 anos de República, a Federação no Brasil é uma obra de ficção. Não foram poucos os políticos que, em passado recente, diante da hipertrofia do Executivo e da tendência ao centralismo, preconizaram o Estado unitário como alternativa à Federação pela qual optaram os constituintes de 1891, à frente o grande Rui Barbosa, inspirando-se no exemplo histórico dos Estados Unidos da América do Norte.

Creio, no entanto, ter chegado a hora de repensarmos nosso sistema federativo à luz da realidade dos nossos dias. Um país continental como o Brasil está condenado a consagrar a unidade respeitando a diversidade regional de que se compõe. Na revisão constitucional que se aproxima terá chegado a hora de promover as mudanças que se fazem necessárias na nossa Federação, tendo sempre em mente a necessidade de consolidar a unidade nacional, a integridade do território gigantesco que herdamos dos fundadores desta Nação.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que devemos começar a refletir sobre as mudanças mais convenientes que precisamos promover em nossa Federação. Alguns ilustres políticos defendem uma maior autonomia das unidades federadas, assegurando-lhes o direito de dispor de seu sistema tributário, penal, etc. Uma autonomia que lembra a que foi atribuída aos Estados federados nos Estados Unidos da América. São temas sobre os quais devemos nos debruçar para refletir a respeito dos melhores caminhos para consolidar a integridade territorial do Brasil.

Contra os que estão articulando movimentos sediciosos com o objetivo de provocar a divisão do nosso território, o Governo terá de agir com a maior severidade. Estamos advertidos de que tais movimentos recebem estímulos de núcleos externos interessados em quebrar a unidade do maior país da América Latina. Não podemos transigir com esses maus brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, os termos da Portaria nº 43, de 4 de maio deste ano, assinado pelo Ministro Jamil Haddad, se não causou constrangimento junto aos administradores da saúde pública em nosso País, tem de tudo para provocar, com justíssima razão, a mais profunda indignação do Congresso Nacional e dos municípios brasileiros, em face de seu conteúdo impatriótico e altamente lesivo ao interesse comunitário.

Com efeito, ao determinar o cancelamento da fluoretação do sal, S. Ex^a conseguiu tirar as esperanças de mais de cem milhões de brasileiros de acabar de vez, por meio desse método simples, cientificamente comprovado e de custo baixíssimo, com a doença da cárie dentária.

A experiência de se incorporar o flúor à água tratada tem obtido sucesso, há várias décadas, nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil, comprovando o seu indiscutível resultado prático na prevenção desse mal.

De fato, entre nós, o número de pessoas com dentes cariados, residentes em cidades onde se promove a fluoretação da água, diminuiu sensivelmente. Apesar disso, continuamos a ser considerados o país dos desdentados, segundo dados

oficiais reveladores de índices crescentes de perda de dentes devido à deficiência de ações profiláticas.

Relatórios e trabalhos apresentados em congressos de odontologia testemunham a veracidade dessa situação, para qual tem concorrido, costumeiramente, o descaso das autoridades públicas.

Uma das razões reside no fato de que a grande maioria da população não se abastece de água tratada e muito menos tratada com flúor.

Houve quem associasse a incidência de câncer e de alguns distúrbios orgânicos ao uso de flúor. No entanto, o Instituto Nacional do Câncer, dos Estados Unidos, um dos mais respeitáveis centros de estudos e de tratamento oncológico de todo o mundo discorda dessa posição. Pesquisas levadas a efeito em populações que se utilizavam, do flúor, comparativamente a outras que não faziam uso dele, mostraram a inconsistência desses temores.

Dada a universalidade da utilização do sal por todas as camadas da população, a opção por se adicionar a ele o flúor pareceu ser a medida mais acertada para se atingir a finalidade do programa, sem prejuízo da continuidade do tratamento da água.

Esse mineral é produzido em larga escala no estado de Santa Catarina, a preços razoáveis, o que elimina a necessidade de se recorrer ao mercado externo e à conseqüente evasão de divisas para sua aquisição. O processo de mistura, executado na própria refinaria, é simples e barato, a exemplo da experiência com o sal iodado, responsável pela erradicação do bócio endêmico.

O município de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, durante a gestão do médico Ivo Saldanha, deu início a um efetivo programa destinado à execução do projeto, compreendendo estudos e levantamentos de viabilidade técnico-operacional, em colaboração com a indústria salinera, com associações odontológicas, com universidades e com a Organização Mundial da Saúde. A proporção de adição a que se chegou é a de 250mg de flúor para cada quilo de sal, ou seja, um grama para quatro quilos.

Além do atendimento ao mercado interno do sal fluoretado, o Brasil poderia competir externamente, em especial junto aos países do Mercosul.

Apesar de todo o entusiasmo e de todas as evidências de que seria uma medida das mais benéficas, o programa não chegou a ser nacionalmente adotado, em prejuízo de pelo menos 30% dos brasileiros impedidos de ter acesso ao flúor através de sua adição à água.

Cabo Frio, no entanto já estava consumindo o sal fluoretado, em todo o município, quando surgiu a proibição do Ministério da Saúde.

Em nome da saúde pública brasileira, principalmente no que concerne ao controle da cárie, doença responsável pelo grande número de edentados em nosso País, tenho a esperança de que o bom senso prevaleça junto às autoridades sanitárias e que tal medida impatriótica, fruto, por certo, da pressão de grupos interessados na exploração da miséria e da doença do povo, seja revista e revogada. Ou, então, se forem subsistentes, que contra-razões sejam apresentadas, com a devida transparência, para que a Nação não se veja, mais uma vez, lesada em seus mais legítimos interesses.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, constitui quase um lugar comum dizer das bolsas de valores que elas são o termômetro da economia.

Quem quiser, de fato, tomar a temperatura do mercado, para sentir suas reações ao Programa Nacional de Desestatização deve acionar o termômetro das bolsas, para logo aperceber-se de que um sensível aquecimento, uma leve febre de quase euforia acometeu as principais praças financeiras do País, reagindo, assim, ao desenrolar dos leilões de desestatização.

Essa foi minha percepção ao concluir a leitura do Ofício que me veio às mãos, encabeçado pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e subscrito pelas oito bolsas que compõem o Sistema Eletrônico de Negociação Nacional.

Com efeito, por ele ficamos inteirados de que o Programa Nacional de Desestatização, coordenado pela Comissão Diretora e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, já logrou reduzir a dívida pública do Governo Federal em mais de US\$4,9 bilhões, através da venda de empresas controladas pela União, além de transferir para a iniciativa privada aproximadamente US\$3 bilhões em passivos dessas empresas.

Fica-se sabendo, por outro lado, que os leilões de desestatização realizados até agora (23 ao todo) foram efetuados no SENN — Sistema Eletrônico de Negociação Nacional.

Trata-se de uma interligação eletrônica totalmente automatizada, operacionalizada pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, que reúne 8 das 9 Bolsas de Valores do País sob um único e grande mercado nacional de ações e valores mobiliários, aberto a todas as 330 sociedades corretoras estabelecidas no território nacional.

Onde, porém, melhor se sente a "febre saudável" a que me referi acima, é nos comentários tecidos pela SENN.

De fato, lê-se em seu ofício:

"A privatização é um processo irreversível na economia brasileira. Nas mãos da iniciativa privada, as empresas terão maior liberdade para priorizar seus investimentos, estabelecer relações comerciais com liberdade e eficiência, e receber os aportes de capital necessários à promoção da sua modernização e competitividade. A privatização, ademais, reduzindo a dívida financeira, é um importante instrumento no resgate da nossa maior dívida, a social."

Aquecidos por essas considerações sobre as perspectivas que a desestatização abre para nossa economia interna, os signatários da mensagem do SENN alçam um voo mais alto e arriscam judicioso comentário sobre os rumos que toma a privatização, no panorama mundial. Lê-se, à certa altura da mensagem:

"A privatização tem sido, em todos os lugares do mundo onde foi adotada como política de governo um verdadeiro marco sinalizador de uma nova era nas relações entre os Estados e a Sociedade... A discussão se o governo é de centro, de direito ou de esquerda, já está ultrapassada... a questão central é o que os governantes podem fazer para efetivamente melhorar o bem-estar geral dos seus cidadãos."

Não tenho como discordar dessas irrefutáveis colocações. Elas são válidas para a maioria dos países. não o são, porém, para o Brasil.

Aqui os remanescentes recalcitrantes do vetusto socialismo ainda se posicionam politicamente, de acordo com aquela geometria caduca que a uns alinha à esquerda, a outros à direita, não se sabe bem de quê!

O fato é que estes quixotescos senhores ainda têm forças para atrapalhar. Vez por outra, empunhando suas velhas bandeiras, eles conseguem reunir alguns magotes de desavisados e vão-se postar à frente da sede do SENN, ou diante dos Tribunais de plantão, na vã tentativa de barrar a marcha irreversível da desestatização.

Não sei se é por isso, Sr. Presidente, que até agora só privatizamos 20 empresas estatais. O que sei é que, apesar disso, a privatização é um fato consumado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotou-se hoje o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido de inclusão em Ordem do Dia das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 410, de 1991 (nº 2.477/92, naquela Casa), de autoria dos Senadores Pedro Simon e Dario Pereira, que restabelece o incentivo fiscal que menciona e dá outras providências.

A matéria, aprovada em apreciação conclusiva pela Comissão de Assuntos Econômicos, vai à Comissão Diretora para a redação final, após o que será encaminhada à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1993 (apresentado como conclusão de Parecer proferido

em Plenário, Relator: Senador Mauro Benevides, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir a colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo — LFTP, destinadas ao giro de noventa por cento das sessenta e quatro milhões, duzentas e setenta e duas mil, novecentos e noventa e cinco LFTP, vencíveis em 15 de junho de 1993.

— 2 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos, como conclusão de seu Parecer nº 166, de 1993), que dispõe, com base no art. 52, inciso V e VII, da Constituição Federal, sobre as operações de financiamento externo com recursos orçamentários da União. (Dependendo de parecer sobre as Emendas de Plenário.)

— 3 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 1991

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1991, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, que dá nova redação ao inciso II do art. 40 da Constituição Federal.

— 4 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 152, de 1993), que autoriza a República Federativa do Brasil a celebrar contrato de assunção de dívida de responsabilidade da antiga Empresas Nucleares Brasileiras — Nuclebrás, no valor de nove milhões, cento e trinta e seus mil e oitocentos marcos alemães.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena – PMDB – PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues – PSDB – PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias – PTB – MS

1º Secretário

Júlio Campos – PFL – MT

2º Secretário

Nabor Júnior – PMDB – AC

3º Secretário

Júnia Marise – PRN – MG

4º Secretário

Nelson Wedekin – PDT – SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia – PDT – RN

Lucídio Portella – PDS – PI

Beni Veras – PSDB – CE

Carlos Patrocínio – PFL – TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutaíly Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS**Líder**

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC**Líder**

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA - CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CF-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
	PFL		
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SF-3032/33	Marcio Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SF-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
	PSDB		
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
	PTB		
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Francisco N. Rocha	MT-3035/36
	PDT		
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
	PRN		
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
	PDC		
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
	PDS		
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
	PP		
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Beni Veras
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CF-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marcio Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SF-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
------------------	------------	-------------------	------------

PSB / PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341
Sala de reuniões: 3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha
Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CF-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-3201/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB			
Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Martuce Pinto	RO-4062/63
PDT			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Albano Franco	SF-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92
PDC			
Moisés Abrão	GO-3089/90	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
PT/PSB			
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
 (19 Titulares e 19 Suplentes)
 Presidente: Alfredo Campos
 Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65
PFL			
Guilherme Palmeira	AI-3245/46	Francisco Rollemberg	SF-3032/34
Hydekel Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SF-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Martco Maciel	PE-3197/98
PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Fya Blay	SP-3119/20
PTB			
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Martuce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07
PDT			
Marcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
PRN			
Albano Franco	SF-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
PP			
Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
PDS			
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 3496 e 3497 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546			
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI (23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Dario Pereira Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho			
Titulares		Suplentes	
PMDB			
Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	
PFL			
Dario Pereira	RN/3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Belto Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AI-3245/46
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	
PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AI-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
Vago		José Richa	PR-3163/64
PTB			
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Martuce Pinto	RR-4062/63	Vago	
PDT			
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
PRN			
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SF-4055/56
PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
PP			
João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
Secretário: Celson Parente - Ramais 3515 e 3516 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286			

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Valmir Campelo

Vice Presidente: Juvêncio Dias

Titulares**Suplentes****PMDB**

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaklo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AI-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Martuce Pinto	RR-4062/63
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Espesridião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	------------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas**Local:** Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

J. avulso Cr\$ 8.168,35

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.